

AUNIVALI – VIA SAPIENS

MULTICULTURALISMO E SUA DIVERSIDADE

Antonia Edilange Vieira Bezerra

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é analisar os aspectos que contemplam o multiculturalismo. Salienta-se que a sociedade multicultural é uma realidade. O multiculturalismo é um conjunto de modelos, que interpreta ou traduz a sociedade multicultural e nos norteia em relação a mesma. pluralismo, do individualismo e a influência na sociedade multicultural a reflexão no âmbito da educação e quais os contornos que devem e podem ser utilizados para minimizar ou extinguir esta problemática. De tal modo para que os dados obtidos tivessem relevância científica fez-se uso de livros artigos e materiais afins, sendo caracteriza esta forma de metodologia de Pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, dedutivo, possibilitando que se chegasse a uma conclusão satisfatória dentro dos parâmetros exigidos por esta Instituição de Ensino

Palavra Chave: Sociedade, multicultura e multiculturalismo.

ABSTRACT

The multicultural society is a reality. Multiculturalism is a set of models, which interprets or translates the multicultural society and guides us in relation to it. pluralism, individualism and the influence on the multicultural society the reflection in the scope of education and what contours should and can be used to minimize or extinguish this problem. the methodology used in this work was the systematic review through which we reached the conclusion: that the problem of exclusion must be faced with an education, among other actions, from the perspective of cultural diversity, cultural plurality, thus seeking to guarantee access to material and cultural goods.

Keywords: Society, multiculture and multiculturalism.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa esclarecer a respeito dos problemas e contornos a respeito do multiculturalismo, ou seja, da classe multicultural. A sociedade multicultural é uma realidade.

O multiculturalismo é um conjunto de modelos, que interpreta ou traduz a sociedade multicultural e nos norteia em relação a mesma.

O que caracteriza uma sociedade multicultural é a existência de uma série de culturas diferentes na mesma sociedade. Mas esta definição está longe de abranger toda necessidade, problemática e soluções para constituir

justiça, igualdade e dignidade para a classe multicultural.

Falaremos do pluralismo, do individualismo e a influência na sociedade multicultural a reflexão no âmbito da educação e quais os contornos que devem e podem ser utilizados para minimizar ou extinguir esta problemática.

2. DESENCOLVIMENTO

2.1 O Que é Multiculturalismo

Multiculturalismo é um termo que descreve a existência de muitas culturas numa localidade, cidade ou país, com no mínimo uma predominante. Nas décadas de setenta e oitenta, existiam dois grandes modelos que visavam a integração das minorias imigrantes, os multiculturalistas e os anti-multiculturalistas.

O primeiro visa salvaguardar a especificidade das minorias culturais, o tratamento preferencial no acesso à educação e ao emprego, as necessárias adaptações ao nível das línguas e conteúdos curriculares, o apoio estatal às instituições representativas das minorias culturais, a concessão de direitos especiais ou isenções legais.

No segundo modelo não deve haver lugar para a concessão de isenções legais, não cabe ao Estado privilegiar determinadas associações representativas de minorias culturais e atribuir-lhes apoios diferentes dos que são concedidos a outras associações que não têm uma marca cultural específica. A integração das minorias não é feita mediante a modificação da língua usada nas escolas oficiais ou a adaptação dos conteúdos curriculares, mas antes pelo maior apoio aos imigrantes na aprendizagem da língua oficial e dos conteúdos lecionados a toda a população estudantil.

O pensador contemporâneo que mais contribuiu para o estabelecimento do contraste entre uma política da igual dignidade e uma política da diferença foi Charles Taylor. Ele popularizou o conceito de reconhecimento, afirmando que é uma necessidade humana fundamental, especialmente nas sociedades pós-tradicionais, nas quais os papéis sociais não estão perfeitamente fixados, e cada indivíduo deve construir a sua própria identidade.

Podemos verificar que a maior parte das lutas ocorridas nos últimos séculos se deram por conta da busca pela dignidade, seja ela do direito

feminino, de igualdade dos negros ou dos judeus. E a partir dos anos 60, nota-se que a sociedade multicultural quer o reconhecimento como cidadãos iguais, os membros de minorias culturais também reivindicam o reconhecimento da sua diferença e as necessárias medidas estatais que tornem permanente o reconhecimento dessa diferença.

Taylor acredita que toda a política identitária não deveria ultrapassar a liberdade individual.

Indivíduos, no seu entender, são únicos e não poderiam ser categorizados. Taylor definiu a democracia como a única alternativa não política para alcançar o reconhecimento do outro, ou seja, da diversidade.

“Para nós é ainda fácil ver a sociedade política como algo criado pela vontade ou pensar nela instrumentalmente. (...) E herdamos deste século as nossas teorias dos direitos, a tendência moderna de expressar as imunidades concedidas às pessoas por lei em termos de direitos subjetivos. Esta, (...) é uma concepção que coloca o indivíduo autônomo no centro do nosso sistema legal.

(...) Isto parece dominar a nossa experiência não-refletida da sociedade, ou pelo menos surgir mais facilmente

quando procuramos formular o que sabemos dessa experiência” (TAYLOR, 1989).

2.2 Multiculturalismo: Estratégias e Políticas na Diversidade e Multiplicidade em Sociedades Multiculturais

As Condições de emergência das sociedades multiculturais foram basicamente o fim do velho sistema europeu e lutas de libertação das colônias, o fim da Guerra Fria e ruptura da União Soviética, a globalização e seus efeitos. Na educação pode-se verificar o multiculturalismo benigno, a troca de informações, costumes e cultura como forma de enriquecimento, e o crítico que visa a sensibilidade para a pluralidade, redução de preconceitos e discriminações, responsabilidade de todos no esforço por reduzir a opressão e a contextualização e compreensão da produção das diferenças.

A título de ilustração, tomemos como exemplo a pesquisa de um professor em escola pública de Minas Gerais, publicada num caderno pedagógico da Universidade Estadual de Santa Catarina (2002), sobre discriminação racial. Ao perguntar ao corpo docente sobre a presença de desigualdades e da prática de exclusão,

ouviu de seus interlocutores quase sempre a mesma resposta: "Nesta escola, não existe racismo, tratamos todos os alunos como iguais". Isto nos remete a uma reflexão imensa, a ponto de questionarmos: Será que a questão é tratarmos todos os alunos iguais?

Um depoimento do professor Larraia (2005), enriquece a discussão quando afirma: "Os africanos removidos violentamente de seu continente e transportados como escravos para uma terra estranha e habitada por pessoas de fenotipia, costumes e línguas diferentes, perdiam toda a motivação de continuar vivos".

Enquanto educadores não somente temos o papel mas o dever de respeitar e incluir o multiculturalismo em sala de aula. Devemos ver os alunos como classe homogênea? Este nivelamento não tem provocado falta de iniciativa, dificuldade em se expressar, tolhimento pelo fato de serem considerados iguais, quando sabemos que na verdade somos excepcionalmente diferentes, até mesmo no seio familiar, que é uma instituição mais estreita?

A nossa preocupação deve ser exatamente com a escola diante desse contexto, obrigatoriamente temos que desenvolver ações, perspectivando lidar

com a diversidade cultural e delegando assim a importância que tem essa concepção na construção do conhecimento por parte do aluno.

A escola tem levado em consideração o reconhecimento do direito à diferença? O currículo engloba uma perspectiva multicultural? O foco da escola não pode ser transferir conhecimentos considerados universais, nem tampouco utilizar modelos civilizatórios e elitizados como se fôssemos seres irremediavelmente iguais e com necessidades pré-fabricadas, portanto uma política de reconhecimento das diferenças e de dignidade e democracia não pode se limitar à uma política que classifica, controla e fiscaliza o que é ou não referência cultural. Uma política de tolerância e conservação deve-se embasar na satisfação de demandas sociais e políticas, mobilizando os indivíduos no caminho para sua identidade ética.

Numa política multicultural, especialmente no âmbito da educação, não basta reconhecimentos e sim acabar com a pretensão etnocêntrica das culturas das elites, de constituir uma referência, que sirva como base para que todos os outros valores culturais sejam julgados.

2.3 O Multiculturalismo é Pluralista?

O pluralismo é uma característica de sociedades livres, em que há a convivência pacífica e respeitosa entre pensamentos diferentes, atualmente encontrada nos Estados Democráticos de Direito. Não se pode falar em um pensamento melhor que outro, pois todos são dignos de respeito. O pluralismo combate o pensamento único, o que contraria uma das tendências do processo de globalização.

Segundo Sartori (1995), No multiculturalismo, como já falamos anteriormente existe a convivência em um país, região ou local de diferentes culturas e tradições. Há uma miscelânea de culturas, de vida e valores. O multiculturalismo é pluralista, pois aceita diversos pensamentos sobre um mesmo tema, extinguindo o pensamento único. Há o diálogo entre culturas diversificadas para a convivência pacífica e com resultados positivos para ambas.

Um dos problemas é a forma de abordagem do multiculturalismo. Se for abordado de forma relativista, não há estabelecimento de critérios ou regras no diálogo entre as culturas tudo pode ser aceito e correto, o julgamento interior é mais importante que o da sociedade

internacional. Fica claro que os direitos humanos não são levados em consideração, portanto não se tem a proteção no âmbito internacional, cada cultura estabelece seus direitos e valores.

No multiculturalismo universalista, diferente do anterior, permite à propagação e convívio de diferentes idéias, desde que haja um diálogo e que os direitos humanos sejam respeitados por ambas as partes, neste também o julgamento externo têm um peso maior que o interno. Independente da diferença cultural, e sabemos que não podem ser medidas nem tampouco comparadas, deve-se estabelecer um padrão mínimo de convivência, tolerância e respeito entre os povos. O relativismo inviabiliza a paz, com a sua permissividade sem quaisquer regras de convivência, uma cultura pode extinguir outra, assim Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) só diminuí seu peso, sua importância.

Nenhuma cultura, povo ou nação pode falar de tolerância em situações abusivas, pois está sendo indiferente aos direitos humanos. O pluralismo deve ser solidificado, pois o ser humano precisa estar acima de qualquer tradição ou prática.

2.4 O Multiculturalismo Crítico

O multiculturalismo, como uma proposta inclusiva por esse prisma, pode ajudar aos grupos com representação minoritária incluídos em um quadro de hierarquias, posicionados como subalternos. Construir uma proposta educacional com essa perspectiva nos leva ao reconhecimento dos erros promovidos pela escolarização e de suas marcas ao longo da história do sistema educacional. Esta inclusão depende de uma orientação política, curricular e claro educacional.

Estas políticas seriam de ação afirmativa visando corrigir as desigualdades herdadas pelo racismo e pela segregação, colonização, guerras. Toda essa problemática pode ser solucionada através projetos educativos, com o objetivo de tornar mais visíveis e audíveis os rostos e as vozes que têm sido excluídas e marginalizadas na sociedade e na escola.

O multiculturalismo crítico leva em conta o nível macro e micro político da organização estrutural da sociedade. Desencadeia debates sobre o multiculturalismo sem ocultar as suas conexões com as relações materiais, reintegrando ou não diferenciando o

cultural e o econômico, o simbólico e o material. Além disso, para reafirmar a totalidade como categoria analítica, compreende as diferenças nas contradições sociais em um contexto de opressão, dominação e exploração, assumindo uma perspectiva relacional e definindo totalidade como a possibilidade de um entendimento global, pois, “o refazer do social e a reinvenção do eu precisam ser compreendidos como dialeticamente sincrônicos [...] são processos que se informam e se constituem mutuamente” (MLARENC, 2000a).

Uma consideração importante no multiculturalismo crítico é a concepção das desigualdades sociais também como diferença de cunho histórico, social e cultural. Pode-se dizer que o multiculturalismo crítico procura ir além do significado epistêmico, assumindo uma perspectiva da não homogeneidade. Por esse prisma, toma como referência a liberdade e a emancipação e, com isso, defende que a justiça, a igualdade e a democracia precisam ser continuamente criadas e conquistadas.

Assume que não só é conveniente como possível uma perspectiva multicultural no currículo das escolas, que influenciaria não somente

na formação enquanto aluno, mas também na formação individual do ser humano.

2.5 Relações Raciais, Multiculturalismo e Currículo

Relações raciais, multiculturalismo e currículo são temas interligados. Na educação, são temáticas que além de implicadas umas às outras normalmente, emergem juntas. Não é possível abordar multiculturalismo e currículo sem problematizar as relações raciais na escola.

Segundo Gonçalves e Silva (1998) “o multiculturalismo não interessa à sociedade como um todo, e sim a certos grupos sociais que, de uma forma ou de outra, são excluídos dos centros de decisão por questões econômicas e, sobretudo, por questões culturais”.

Nessa perspectiva, pensar o que vem sendo chamado de novos sujeitos das políticas sociais, Gonçalves; Silva, (1998), requer um esforço de repensar e dar novos sentidos ao que se convencionou considerar como relações raciais na educação.

O paradigma branco perpassa as inúmeras instâncias com as quais trabalhamos, e as políticas educacionais

podem negar ou revelar diferentes referências.

Ao citar os autores pós-coloniais e os autores que trabalham com raça, Apple (2001), reafirma que as “identidades e formas raciais têm sido e são blocos constitutivos das estruturas de nossas vidas diárias, das nossas comunidades reais ou imaginadas e dos processos e produtos culturais”.

O multiculturalismo é um grande contributo no quesito social e educacional, porém atualmente é uma faca de dois gumes, pois o processo de inclusão ou exclusão social das crianças, adolescentes e jovens empobrecidos passa pela chance de se inserir que se dá inicialmente na escola. Na avaliação dessas condições convém considerarmos as condições sociais e econômicas desfavorecidas, que marcam a trajetória de grupos sociais onde estão todos os brasileiros que não possuem uma descendência direta dos colonizadores do Brasil. A discriminação cresceu junto ao capitalismo, no caso especificamente do Brasil é produto do colonialismo e se extremou com o capitalismo financeiro que reforça a exclusão através da discriminação racial.

Quando identificamos e questionamos os atuais regimes de regulação inscritos no currículo é o

mesmo que instituir novas formas de concepção da transmissão cultural, da estigmatização e inferiorização dos historicamente excluídos e vítimas das relações de poder estabelecidas no interior da escola. A segregação interna é reconhecida nas relações interescolares que envolvem a invisibilidade das questões inter-raciais próprias de uma sociedade multicultural, como por exemplo nos materiais didáticos que reforçam estereótipos atribuídos aos afro-descendentes. Consideremos fundamental o reconhecimento desses estereótipos como uma variável importante para explicar o fracasso escolar das crianças negras na escola.

Historicamente, nota-se que a sociedade tende a restringir o acesso à boa educação aos não-brancos.

Esta afirmação ganha respaldo se entendemos que, no contexto brasileiro, quando se fala em esfera pública, deve-se ter em conta que na verdade esta sempre esteve ligada à ética das elites políticas tradicionais, mas percebida como uma subordinação ao bemcomum.

Assim, pensando o caso brasileiro, não podemos falar de desigualdade racial deixando de fora a educação. Um balanço analítico bem apurado considera fundamental

entender e aplicar os resultados dos últimos levantamentos sobre desenvolvimento humano.

Por ser um índice de reconhecimento internacional, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pode servir como um fator a mais para o estímulo à construção de políticas públicas preocupadas com a cidadania e com os direitos econômicos e sociais para a população descendente dos escravos. Os estudos sobre pobreza, quando introduzem a dimensão étnico-racial para análise, tendem a concluir que os afro-descendentes não desfrutam dos mesmos padrões de vida da população branca pelo fato de serem pobres.

Se a perspectiva é de diversidade cultural, significa que elas podem assumir uma abordagem curricular multicultural crítica.

Alguns problemas levantados, de acordo com as pesquisas sobre desigualdades sociais, deixam evidente o compromisso que a sociedade deve tomar como fundamental, que é o de enfrentar o problema da exclusão com uma educação, entre outras ações, na perspectiva da diversidade cultural, da pluralidade cultural, buscando assim garantir o acesso a bens materiais e culturais.

Por tudo isso, entendemos que são de fundamental importância as ações afirmativas em políticas públicas e, que essas ações afirmativas estejam presentes, especialmente em políticas curriculares. Se a perspectiva é de diversidade cultural, significa que elas podem assumir o ponto de vista já apontado teoricamente, que é uma abordagem curricular multicultural crítica.

2.6. Problemas e Contornos

O problema das diferenças, das heterotopias e das micro -políticas presentes em várias das abordagens multiculturais, provém do campo pós-moderno, e não identificam-se completamente com todas as abordagens existentes do multiculturalismo.

A condição da pós-modernidade revela heterogeneidade. Chega-se ao fim dos princípios de igualdade criados no período moderno, o fim de todas as teorias sociológicas, políticas e filosóficas, e trouxe também o fim da credibilidade em projetos coletivos com o intuito de transformação social.

Lyotard (1989), declara que a condição da pós-modernidade retira concepção de totalidade e invalida categorias como: sociedade, identidade

nacional, classes sociais, modo de produção etc. Sob o pretexto de que a modernidade constituiu-se num único movimento e hegemônico onde a idéia de projetos emancipatórios e de luta pela igualdade foram apenas meta-narrativas, esta tendência pós-moderna indica os princípios das alteridades e das diferenças como determinantes na política na pós-modernidade .

Com o fim das Meta – narrativas políticas e sociológicas, o princípio da igualdade foi declarado como falso princípio, numa época onde se acreditava que a sociedade se organizaria através de ações políticas para a construção de uma sociedade mais justa, e igual econômico e politicamente.

Para Lyotard (1993), a condição da pós-modernidade é: “o consenso se tornou um valor antiquado e suspeito” tentar unificar e dar o direito de igualdade numa construção coletiva seria sobrepor uma classe sobre a outra, ou seja uma anulação das diferenças.

Por exemplo, o movimento negro no Brasil com a introdução em seus movimentos de categorias como a de classe social ou de nacionalidade, visam enfraquecer a questão racial e por consequência a luta contra o racismo.

Frederic Jameson (1994), analisa que o capitalismo enquanto necessitou, em sua fase de consolidação e reprodução, da solidariedade, união e coletividade foi bastante incentivado pelo próprio capitalismo no âmbito teórico e cultural.

O capitalismo cria condições de impossibilidade da generalização conceitual, da impossibilidade de qualquer projeto coletivo, como uma ideologia dominante muito útil, deixaram de admitir que as diferenças se transformam em desigualdades na maioria das sociedades, e que o problema não está apenas nas diferenças e sim que ser diferente não quer dizer ser necessariamente discriminado e tratado como desigual, esta transformação das diferenças em desigualdades é produto sócio - histórico, e sua raiz social é determinada.

Quando as contribuições das teorias políticas são negadas a inserção dos quesitos do multiculturalismo e dos movimentos sociais na educação perdem a força, e passam a ser uma ideologia de manutenção não das diferenças, mas sim das desigualdades. Percebamos a importância de uma consciência política para que possamos

analisar as raízes das desigualdades seja ela em qualquer âmbito.

Enquanto o ser social insistir em excluir e promover as desigualdades, muitas das diferenças, tão típicas e que constituem o ser humano, se transformarão em desigualdades.

A solução é quando a consciência adquirir conteúdo político e se transformar em força material, por consequência a consciência individual se transforma em ação coletiva e política contra a sociedade que discrimina e exclui.

Antes o capitalismo colonialista e/ou imperialista, que provocou a hegemonização cultural e a submissão de povos e culturas. O capitalismo durante seu surgimento e desenvolvimento criou relações não só dependência, mas de submissão econômicas, políticas e culturais. Hoje é a globalização capitalista e o mercado mundial quem promove a hegemonização cultural e todos os tipos de exclusão e discriminação, das mais antigas às mais novas.

A luta contra a dissolução e extinção cultural e das diferenças, não sobreviverá apenas do respeito e sim pelas micro- políticas e pelo abandono sob qualquer desculpa de categorias sociológicas e políticas e históricas a luta

pelo respeito às diferenças para ser conseqüente tem que fazer uma análise crítica da realidade social, saber identificar as ideologias dos diferentes discursos e além disso saber que na base da exclusão cultural ou de qualquer outra ordem existem interesses do capitalismo, monetário e portanto de classes.

A subserviência da mulher é também exploração de classes, este domínio também envolve historicamente a objetivação e subjetivação. A emancipação feminina vai além da revolução econômica e política, demandando mudanças de valores e hábitos enraizados em todas as classes sociais. A ascensão da burguesia em caráter mundial esta fundamentada no roubo e no extermínio dos povos e na consolidação da supremacia branca sobre as outras raças. Eurocentrismo – supremacia da cultura.

O racismo moderno não é apenas econômico e social assume também elementos da moral e da ética e da estética. Do ponto de vista econômico é a desvalorização da força de trabalho, do político divide os trabalhadores e facilita o domínio, desvalorizando a vasta e extraordinária experiência da luta e de vida dos negros e de outros povos.

A guerra contra o racismo vai desde a valorização de sua contribuição à vida econômica, social, política e cultural da humanidade em geral e de cada nação. É preciso separar diferença de desigualdade. Os homens não são iguais e deve-se extinguir o falso principio de igualdade discriminação, desigualdade e racismo.

CONCLUSÃO

Multiculturalismo é um termo que descreve a existência de muitas culturas numa localidade, cidade ou país, com no mínimo uma predominante

A guerra contra o racismo vai desde a valorização de sua contribuição à vida econômica, social, política e cultural da humanidade em geral e de cada nação. É preciso separar diferença de desigualdade. Os homens não são iguais e deve-se extinguir o falso princípio de igualdade discriminação, desigualdade e racismo

Por tudo isso, entendemos que são de fundamental importância as ações afirmativas em políticas públicas e, que essas ações afirmativas estejam presentes, especialmente em políticas curriculares. Se a perspectiva é de diversidade cultural, significa que elas podem assumir o ponto de vista já apontado teoricamente, que é uma abordagem curricular multicultural crítica

Alguns problemas levantados, de acordo com as pesquisas sobre desigualdades sociais, deixam evidente o compromisso que a sociedade deve tomar como fundamental, que é o de enfrentar o problema da exclusão com uma educação, entre outras ações, na perspectiva da diversidade cultural, da

pluralidade cultural, buscando assim garantir o acesso a bens materiais e culturais.

REFERÊNCIAS

JAMESON frederic **A Cultura do Dinheiro. 1994.**

HALL, Stuart . **A identidade cultural na pós-modernidade/Stuart Hall , tradução Tomaz Thadeu da Silva , Guacira Lopes Louro-11 ed.. Rio de Janeiro. DP&A. 2006.**

GOMES, Maria Lúcia Mendes; MARCEDO, Vera L...**Multiculturalismo – Identidade -Cultura-Raça.Tradução : Maria Lucia Mendes Gomes e Vera L. Visockis Macedo. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, Caderno de Pesquisa /Fundação Carlos Chagas. 2002.**

GONÇALVES, Luiz Alberto, SILVA, Petronilha B. G. **O jogo das diferenças, o multiculturalismo e seus conceitos e seus contextos Belo Horizonte: Autêntica. 1998.**

LYOTARD. **A visão de Lyotard: O estatuto do saber e a ação do conhecimento científico e do conhecimento narrativo), 1989**

TAYLOR, **O desafio do multiculturalismo: entre a identidade e o reconhe-cimento: 1989.**